

BR 101

FOTOS: RICARDO MEDEIROS

Viagem cara
 Para cada trecho, foi estabelecido um aumento diferente, mas, em média, a tarifa ficou R\$ 0,60 mais cara em cada praça



APESAR DO ATRASO NAS OBRAS, PEDÁGIO SOBE 15%

Para carro de passeio, viajar pelo trecho será R\$ 4,20 a mais

RAQUEL LOPES
 rflopes@redgazeta.com.br

Atrasos na duplicação de trechos e na implantação de passarelas na BR 101, irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), não foram capazes de impedir um reajuste expressivo no preço do pedágio cobrado de quem passa pelo local. Para cada trecho, foi estabelecido um aumento diferente, mas, em média, a tarifa ficou R\$ 0,60 mais cara em cada praça.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) definiu o aumento de 15,13%. O reajuste começa a valer a partir da 0h de amanhã. Os valores serão alterados em sete pontos de cobrança nos municípios de Serra, Guarapari, Pedro Canário, São Mateus, Aracruz, Itapemirim e Mimoso do Sul. Dessa forma, um motorista da categoria 1 (carro de passeio) que passar por todos os pontos terá que gastar R\$ 4,20 a mais.

Segundo a ANTT, o objetivo da revisão tarifária consiste em manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado entre a ANTT e a concessionária. A agência explicou que houve

“Uma pessoa que passa todos os dias na BR 101 vai sentir muito no bolso. Vai ficar caro demais”

Paulo Pereira Souza
 Empresário



vários itens de decréscimos em relação a não cumprimentos de obrigações. No entanto, houve também a incidência de obrigação à concessionária, que não estava prevista contratualmente, como por exemplo, a Lei dos Caminhoneiros que impactou em 4,8%.

Outro motivo para o aumento foi o fim do desconto de reequilíbrio, com a inclusão neste ano de itens não aplicados em 2016, devido a irregularidades. Esse fator

representa 4,27 pontos percentuais do reajuste.

IRREGULARIDADES

No acórdão do TCU, relatado pelo ministro Augusto Nardes e aprovado no pleno do Tribunal em fevereiro deste ano, ficou constatada indícios de irregularidades no andamento de obras da BR 101 no Espírito Santo. Avaliações preliminares do Tribunal apontam atrasos da concessionária Eco101 na duplicação de di-

versos trechos de pista simples, na implantação de passarelas ao longo da rodovia e na construção do Contorno de Iconha.

O relatório indica também que o pedágio calculado pela ANTT, praticada desde o ano passado, apresenta-se “superestimada”. A análise dos auditores do TCU também indica que a agência não efetuou os devidos ajustes no cronograma de investimentos da concessionária.



Em março, A GAZETA já antecipou os problemas nas obras da BR 101

Para o deputado Lelo Coimbra não há explicação para o aumento que incluiu a Lei dos Caminhoneiros, que teve peso de 4,8 pontos percentuais, e a exclusão do desconto de reequilíbrio. “Não há explicação para o acréscimo da Lei do Caminhoneiro se já foi colocada antes. Já o reequilíbrio contratual é realizado quando as obras são feitas e isso não está acontecendo como deveria. Nós achamos que não existe explicação. Os quatro primeiros anos de reajuste somam quase 80%”, diz.

ENTENDA

REAJUSTE NO PEDÁGIO

▼ **15,13%**
 Serão reajustados preços em sete praças de pedágio

INÍCIO

▼ **Dia 18 de maio**
 A cobrança começa a valer a partir da 0h de amanhã.

REAJUSTE CONCEDIDO PELA ANTT

▼ **Inflação IPCA:**
 4,57%
 ▼ **Revisão ordinária**
 0,29%
 ▼ **Revisão extraordinária:**
 5,33% (inclui a lei dos caminhoneiros)
 ▼ **Exclusão do desconto de reequilíbrio de 2016:**
 4,27%

VALORES

▼ Novos

Para os carros de passeio, a tarifa reajustada passa de R\$ 3,60 para R\$ 4,10 em Pedro Canário; de R\$ 4,80 para R\$ 5,50 em São Mateus; de R\$ 4,50 para R\$ 5,20 em Aracruz; de R\$ 4,30 para 5,00 na Serra; de R\$ 4,50 para R\$ 5,20 em Guarapari; de R\$ 3,80 para 4,40 em Itapemirim; e de R\$ 2,10 para R\$ 2,40 em Mimoso do Sul.

BR 101

DEPUTADOS ENTRAM COM AÇÃO PARA BARRAR REAJUSTE

Parlamentares querem que Tribunal de Contas analise aumento

RAQUEL LOPES
rflopes@redgazeta.com.br

Os deputados da Comissão Externa de Fiscalização da Eco101 decidiram entrar com uma ação no Tribunal de Contas para barrar o reajuste na tarifa básica de pedágio de trecho da BR 101 no Espírito Santo ontem.

A comissão tomou a decisão a fim de suspender todos os percentuais de aumento concedidos em 2017, exceto o do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), até que o Tribunal analise os valores praticados. Também pretendem preparar um Decreto Legislativo a fim de suspender o aumento, considerado excessivo em tempos de inflação de 4,5%.

Os deputados se reuniram com o ministro Augusto Nardes, para entregar o ofício na tentativa de barrar a cobrança. Segundo o deputado federal Sergio Vidigal o reajuste veio com surpresa.

“Vivemos um momento de crise, com redução do fluxo de tráfego que circula pela rodovia. Esse reajuste de 15,13% veio com muita surpresa, uma vez que as taxas de inflação ficaram na casa dos 4%. Permitir esse reajuste sem que todos os investimentos tenham sido realizados, é desrespeitar a todos os usuários da rodovia.”

Em reunião da Comissão



Motoristas que circulam pelos trechos da BR 101 terão que pagar um pedágio com 15,13% de aumento

Externa de Fiscalização da Eco101, de ontem, na Câmara dos Deputados, o deputado questionou o Tribunal de Contas sobre as irregularidades apontadas. Em resposta, o secretário de Infraestrutura de Fiscalização de Rodovias do Tribunal, Luiz Fernando Ururahy de Souza, esclareceu que o órgão está analisando a defesa apresentada.

“O TCU está analisando as respostas da ANTT e da concessionária. O reajustamento foi apresentado há duas semanas, o TCU fez

uma análise ainda preliminar sobre a adequação dos valores. As respostas das irregularidades estão sendo analisadas para, ao findar da análise, haja alguma determinação do TCU para ajuste da tarifa”.

Em nota, o TCU confirmou que recebeu a solicitação dos deputados para que seja avaliada a possibilidade de suspensão cautelar do reajuste de tarifa e informou que o processo será analisado.

“A Comissão reitera o seu compromisso público

de buscar as melhores condições para que os cidadãos que residem, trabalham e utilizam a BR 101 tenham os benefícios da duplicação e melhoria da via, pagando um preço justo pela sua utilização”, afirmou o coordenador da comissão, o deputado federal Marcus Vicente.

Assinaram a ação os deputados Marcus Vicente, Helder Salomão, Jorge Silva, Lelo Coimbra, Norma Ayub, Givaldo Vieira, Evair de Melo, Paulo Foletto e Sérgio Vidigal.

RICARDO MEDEIROS

OPINIÕES



“Esse reajuste de 15,13% veio com muita surpresa, uma vez que as taxas de inflação ficaram na casa dos 4%”

SERGIO VIDIGAL
DEPUTADO FEDERAL
(PDT)



“Não há explicação para o acréscimo da lei do caminhoneiro se já foi colocada antes. Nós achamos que não existe explicação”

LELO COIMBRA
DEPUTADO FEDERAL
(PMDB)

OUTRO LADO

Eco101: reajuste é contratual

“A Eco101 informou, por meio de nota, que o reajuste da tarifa de pedágio é contratual. Os valores são definidos pela ANTT e publicados no Diário Oficial da União. A concessionária, cabe aplicar os valores.”

Obras na BR 262 começam em até 45 dias

As obras de duplicação da BR 262 devem começar entre 40 e 45 dias. O Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) concedeu ontem a licença prévia para a ampliação da rodovia, que passará a contar com duas faixas em cada sentido.

Esta licitação compreende o trecho de 52 quilômetros, que vai de Viana até a localidade Victor Hugo (km 16 até km 71). O órgão também entregou a

licença de instalação do trecho que vai do km 49, na entrada do zoológico de Marechal Floriano, até o trevo de Paraju, em Domingos Martins.

De acordo com o superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Ezio Gonçalves dos Reis, falta apenas uma licença ambiental que autorize a supressão vegetal, que deve ser solicitada na próxima quinta-feira.

A novela da duplicação teve início em 2006 e, desde então, arrasta-se com direito a promessas descumpridas. A sucessão de fracassos chegou ao cúmulo em 2013, quando as condições impostas no edital do leilão marcado não conquistaram o interesse do mercado, e o comprometimento foi nulo.

Em 2015, a concessão da BR 262 foi colocada em cima da hora no Programa de Logística (PIL) anun-

ciado por Dilma Rousseff em junho. Isso sem falar que nos últimos anos já haviam sido dadas também garantias de recursos do PAC para a duplicação.

Agora, novamente, não há perspectivas para a concessão da rodovia.

O Espírito Santo reivindica a obra porque a rodovia, principal conexão com Minas Gerais, traz insegurança ao motorista por sua precariedade e traçado sinuoso. (Rafael Silva)



Um trecho de 52 quilômetros da rodovia será duplicado

VITOR JUBINI - 19/09/2013